

Caracas da Rocha Mendes, Milton Roberto Leiva de Souza, Orlando do Silva Silva, Silas Rodrigues Santos e Waldir Maurício de Aquino Neto. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declarou aberta a presente Sessão em nome de Deus. E se, aqui, o Senhor Presidente disse que em função da aprovação do requerimento de Urgência nº 128/95 para o Projeto de Resolução nº 051/95 e requerimento de Urgência nº 129/95 para o Projeto de Resolução nº 052/95 e a ordem convocou a presente Sessão Extraordinária e que assim sendo os Comissários Técnicos se reuniram para emitir parecer em conjunto. Após as discussões, o Senhor Presidente colocou em votação parecer favorável em conjunto ao Projeto de Resolução nº 051/95 e Projeto de Resolução nº 052/95 sendo aprovadas. Logo mais havendo a falar, o Senhor Presidente encerra a presente Sessão em nome de Deus. E para copular, mandou que se levasse a presente Ata, que depois de lida, submetida a aprovação Plenária, aprovada, seja assinada por quem produza seus efeitos legais.

Assim sendo,
 Assinatura do Senhor Presidente


Ata do Vigésimo Segunda Sessão Ordinária do Segundo Período Legislativo da Câmara Municipal de Cabo Frio, realizada no dia (07) sete de novembro do ano de (1995) mil novecentos e noventa e cinco.

Às dezesseis horas do dia (07) sete de novembro do ano de (1995) mil novecentos e noventa e cinco, sob a Presidência do Vereador Guyr Silva da Rocha e com a ocupação do Sumário Secretaria "ad hoc" pelo Vereador Waldir Maurício de Aquino Neto, reuniu-se Ordinariamente a Câmara Municipal de Cabo Frio. Além disso, responderam a chamada regimental os seguintes Vereadores: Alfredo Luiz da Rocha Barreto, Antônio Carlos Pereira da Cunha e Irton Luiz de Araújo. Não havendo número regimental, o Senhor Presidente suspendeu a presente Sessão por quinze minutos. Durante os trabalhos, o Senhor Presidente Vereador Guyr Silva da Rocha solicitou ao Senhor Sumário Vereador Luiz Antônio de Nello Cabas a chamada regimental.

107

Após discussões, responderam a chamada regimental para constatação de "quorum"
 os seguintes Vereadores: Aires Bezza de Figueiredo, Alfredo Luiz da Rocha Bar-
 to, Antônio Carlos Pereira da Cunha, Antônio Carlos de Carvalho Andrade, Carlos
 Roberto da Queiroz dos Santos, Virlei Pereira da Silva, Eduardo Corrêa Kita, Juan
 Luiz de Araujo, Lequirim Schwandt, Marcos da Rocha Mendes, Milton Roberto Peres
 de Souza, Orlando da Silva Pereira, Silas Rodrigues Brito e Waldir Maurício de
 Aquino Neto. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declarou rea-
 lizada a presente Sessão em nome de Deus. A seguir, foram lidas e aprovadas
 as seguintes Atas: Ata da 11.ª Sessão Ordinária do Segundo Pe-
 ríodo Legislativo e Ata da Sessão Extraordinária da Câmara Municipal de Cabo
 Frio, realizada no dia vinte e um de outubro do ano em curso. A seguir, o Senhor
 Presidente após o cumprimento do rito regimental solicitou ao Senhor Primeiro
 Secretário a leitura do Expediente que constou do seguinte: Ata da C.A.P.R.E. nº 432/95
 assunto: Encaminha o Balanço da Receita e Despesa do Município de Cabo Frio
 referente ao mês de julho de 1995, para aprovação desta Casa Legislativa, Projeto
 de Resolução nº 053/95 de autoria do Vereador Adalberto Pinto de Andrade, assunto:
 Confere título de Cidadão Laboizense ao Senhor José Marcos Barroso Lillar, Projeto
nº 111/95 de autoria do Vereador Milton Roberto Pereira de Souza, assunto:
 Solicita ao Diretor do Centro de Documentação e Disseminação de Informações,
 caracterização cartográfica com indicações das coordenadas geográficas defini-
 das no Lú nº 839 de 13 de maio de 1985, Indicação nº 099/95 de autoria do
 Vereador Virlei Pereira da Silva, assunto: Solicita adoção de providências junto a Em-
 presa concessionária de Transporte Público no Município, visando a volta do Ônibus
 Doriva. Terminada a leitura do Expediente, o Senhor Presidente passou a Ordem
do Dia aos Senhores Vereadores. Depois a Tribuna como Primeiro Orador inscrito, o Vere-
 ador Alfredo Luiz da Rocha Barreto, do PT, falando do último número quando ha-
 veriam sido tratadas questões referentes a atualizações do Colégio Municipal Rui
 Barbosa, e disse que os negociações estavam bastante evoluídas, já havendo pro-
 cedimentos técnicos para que alguns cursos do Rui Barbosa possam transferidos
 para outras unidades do Estado. Disse que no dia anterior, estivera no Fórum
 da Educação, promovido pela Comissão de Educação da ALERJ, com a presença da
 Professora Barbára Cruz, Secretária de Estado de Educação, tendo a mesma re-
 modo que todos os Municípios despesos em fazerem o remanejamento do
 segundo grau, para o Estado seria atendido, e, o mesmo procedimento quanto

do 5º a 8º sítio. Salvo, que quando a Secretária, alguns Municípios observaram alguns RIEB's, e, em Cabo Frio, veio o de Jardim Esperança. Observou ainda, que o Fórum contou com a presença de quinze Secretários Municipais de Educação, com Cabo Frio não se fazendo representar. Disse que alguns Municípios, onde havia sido tentado o acordo, apresentavam uma reclamação, normalmente quando de Sindicatos, sobre a exclusão da Comunidade Escolar, e, em Cabo Frio, por iniciativa do próprio Estado, a Comunidade Escolar já tomava conhecimento de uma negociação de Gabinetes, mas envolvendo o acordo de Profissionais e Alunos e assim manifestava tal preocupação. Esta afirmação do Secretário de Estado, no sentido de que não haviam mais problemas para a integração do Rur. Barboza a Rede do Estado. Então, disse que no reunião que discutiu o assunto, colocara que deveria haver uma posição mais clara, no que fora pedido pelo Secretário Carlos Roberto da Silva dos Santos, no sentido em que a própria direção receberia informações de forma mais direta e não oficial. Disse que todo um replanejamento na área de Educação, de alocação de recursos de distribuição e arrecadação estava sendo proposto no Congresso Nacional, e indagava como seria mantido o Colégio Rui Barbosa, pois novos parâmetros estavam na Constituição e nos Decretos que estavam. Disse que no entanto, que as deducções, as renúncias ainda eram no Brasil, responsável pela missão educacional. Que milhões de reais que deveriam ser aplicados no Ensino Fundamental, estavam sendo desviados dos cofres públicos sem que houvesse qualquer providência por parte do Governo. Comentou sobre visita do Prefeito à Câmara, naquela data, quando conversara com os Secretários, não estava presente, e recebera informações de que dialogara sobre mensagem que enviara a Casa sobre o que era chamado de enquadramento do Estatuto do Magistério, tendo comentários técnicos e os desmentados entre as posições do Greve e dos Profissionais do Ensino. Salvo a seguir da Ação Popular que moveu juntamente com o Secretário Carlos Roberto da Silva dos Santos, em relação a licença de construção concedido pelo Administrador Municipal para o Bairro do Sadio, hotel com vinte e duas unidades, em processo havendo desde 1989. Disse considerar a licença de construção bastante irregular, com grande irregularidade e assim mencionando a ação do Poder Judiciário, lamentando não ter obtido a liminar cassando a licença. Disse ter esclarecido ao Senhor juiz que qual seria realmente o erro, pois permitia o maquinado tratar-se de uma vizinha ao Sadio Clube do Rio de Janeiro pois o empreendimento não ficava no Sadio

Lucy

havia de frente para o mar em frente ao antigo João, muro de arrimo em onze metros de altura, tornando privativa área que abrigava um "zambaqui", também área de dunas, com floresta de Biólogos. Adiante disse que o Governo Municipal entregava o Sítio de maior entregador de áreas de meio ambiente, e que nos últimos três anos não foi diferente, estando o caso de Perynas e agora a área do Rio do Índio. Esclareceu que embora não fosse obtido a limitação, a área não foi distribuída, e, enviava esforços para mobilizar a sociedade na defesa de um Patrimônio natural. Seguiu a seguir sua presença na homenagem prestada pela Assembleia Legislativa do Estado, no dia anterior, ao Professor, Emérito Educador Paulo Freire, com o outorga da Medalha Pedro Ernesto, e saíra com o Espírito impregnado de esperanças pelas palavras de um ser humano que nunca desistira, que embora começando tarde nos estudos, era em termos de Educação, no Brasil, uma das maiores autoridades, e assim mudou sua fala. A seguir, ocupou o tribuna, o Vereador Carlos Roberto dos Santos, do PSB, falando inicialmente sobre a sessão solene alusiva ao 380º aniversário de fundação do Município, quando mais de quinze pessoas receberiam o Sítio de Cidadania do Município de Cabo Frio. Disse que, evidentemente, mais um pedaço da história de Cabo Frio, mais um pedaço de chão do Município estava sendo vilipendiado por pessoas estranhas, exploradores, entendendo que o simples oferta de quarenta empregos, poderia fazer os Cabofrienses se curvarem. Disse que a dimensão do que estava se pretendendo fazer no Rio do Índio, no Praia do Forte, era uma agressão inominável a História e a Cultura do Rio Cabofriense, decretando a seguir a área onde um grupo pretendia construir um Empreendimento Hoteluro. Disse que na área seria construído um muro com quatorze metros de altura, não onze, como afirmou o Vereador Alcido Luiz do Rocha Barros, e que os planos seriam seguidos e dentro do que restava seria construído o Hotel. afirmou não ser contra empreendimentos que tivessem o progresso, muito menos contra hotéis, pois isto era a glória do Município, mas não admitia que as pessoas pudessem colocar suas construções onde bem entendessem, estando a seguir, hotéis bem situados e que não haviam agudido o meio ambiente. Observou que no Rio do Índio estava sendo realizado um dos zambaquis mais antigos do Brasil, um dos primeiros a serem pesquisados por Ina Knup, uma das Arqueólogas mais respeitadas no mundo contemplou ser uma área de interesse arqueológico, cultural e turístico, assim enten-

Ruy

dia que o Poder Publico além de não poder conceder a licença, deveria transformar
 o Rio do Indio em grande Parque, devidamente protegido, e assim estabore
 e muito a história do Brasil concedida para a construção do Hotel. Lembrou que
 quando faltavam três dias para o término do Governo Sr. Galvão, o ISPHAN deu
 um "nada o por" para a construção do Hotel, apesar dos apelos do atual Prefeito para que
 não fosse dada a licença, que esperasse ao menos a mudança de Governo. Disse que
 assim sendo, se permitia ante aos Senhores do ISPHAN, ante aos Senhores Empre-
 sarários supular de alguma coisa, pois não era normal e zelo administrativo do
 ISPHAN de no dia 2º de dezembro ter gente trabalhando às seis horas da tarde. Li-
 si que também dentro da Prefeitura o processo eliminara com a aprovação de li-
 cença de construção do Hotel estava cheio de irregularidades. Gostou que tal ar-
 gumentação, entre outras considerações, fosse parte do empenho que se fazia
 de hoje para a ação no futuro pedindo liminar para sustar a licença, mas, in-
 felizmente, o Revolucionismo quis não era Cabochine, como fizera o Sr. Virador Al-
 do Luiz do Macho Barreto, sequer entrou a ação e assim não foi concedida a
 liminar, o que era grave, porque qualquer movimento de terra no Rio do In-
 dio iria destruir irremediavelmente o que era um monumento do povo Cabochine.
 Dirigiu apelo aos Senhores Vereadores, ao Cabochine de forma geral, para que
 se manifestassem publicamente, junto ao juiz, junto ao Prefeito, junto as auto-
 ridades, para que mais um pedacinho de chão Cabochine fosse resgatado de forma
 tão mexerica para venturosos "apelo" do Município. Prometendo, disse que
 realmente o Páramo iria fazer para o futuro, com a certeza que iria regula-
 mentar o uso da tribuna por entidades representativas da Comunidade e juridi-
 camente reconhecidas, e assim encerrou sua fala. Não havendo mais Cradões in-
 tos para o uso da Tribuna, o Senhor Presidente transferiu os trabalhos para a Ordem
do Dia. Nesta etapa foram aprovadas as seguintes matérias: Aprovado requerimen-
 to de Urgência nº 320/95 para o Projeto de Resolução nº 053/95. Aprovado parecer fa-
 vorável da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 027/95. Aprova-
 do requerimento de Urgência nº 331/95 para o Projeto de Lei nº 027/95, da mesma for-
 ma foi aprovado requerimento de Urgência nº 332/95 para o Projeto de Lei nº 034/95.
 Aprovado requerimento de Urgência nº 333/95 para o Projeto de Lei nº 027/95. Aprovado
 requerimento de Urgência nº 334/95 ao Projeto de Resolução nº 027/95. Aprova-
 do requerimento de Urgência nº 335/95 ao substitutivo ao Projeto de Resolução nº 027/95. Apro-
 vado parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça a Emenda Substitutiva nº

(Handwritten mark)

019/95. Aprobado parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça e encaminhado a Comissão de Finanças, Orçamento, e Orçamento o Projeto de Lei nº 032/95. Resolução nº 016/95. Aprobado Projeto de Resolução nº 050/95 - Resposta Executiva. Aprobado o Requerimento nº 111/95 e Indicação nº 099/95. Terminada a Ordem do Dia, não havendo oradores para o uso da Tribuna em Explicação Pessoal, o Senhor Presidente encerrou a presente Sessão em nome de Deus, marcou ou seja, converteu Extraordinária para dentro de trinta minutos e para constar, mandou que se lavrasse a presente Ata, que depois de lida, submetida e aprovada por maioria aprovada, ser assinada para que produza seus efeitos legais.

Ata da Sessão Extraordinária da Câmara Municipal de Cabo Frio, realizada no dia sete de novembro do ano de mil novecentos e noventa e cinco.

As dez e nove horas do dia sete de novembro do ano de mil novecentos e noventa e cinco, sob a Presidência do Vereador Oney Silva da Rocha e com a Suplicação da Primeira Secretaria pelo Vereador Luiz Antônio de Nóbilo Cabas, reuniu-se Extraordinariamente a Câmara Municipal de Cabo Frio. Além desses, responderam a chamada regimental os seguintes Vereadores: Aires Bezerra de Figueiredo, Alfredo Luiz da Rocha Cavreth, Antônio Carlos Pereira da Cunha, Antônio Carlos de Carvalho Girindade, Carlos Roberto doqueira dos Santos, Viriú Pereira da Silva, Fernando Corrêa Vila, Sivan Luiz de Araújo, Leacquir Schwindt, Marcos do Morão Mendes, Milton Roberto Pereira de Souza, Orlando da Silva Pereira, Gilson Rodrigues Bento e Waldemar Maurício de Aguiar Vila. Havendo número regimental o Senhor Presidente declarou aberta a presente Sessão em nome de Deus e requiriu, o Senhor Presidente disse que diante da aprovação dos requerimentos de Urgência nos 130/95, 131/95, 132/95, 133/95, 134/95 e 135/95 aos seguintes Projetos: Projeto de Resolução nº 053/95, Projeto de Lei nº 020/95, 024/95, 023/95, Projeto de Resolução nº 007/95 e substituiu ao Projeto de Resolução nº 007/95 respectivamente, a Presidência convocou a presente Sessão Extraordinária e que assim sendo as Comissões Técnicas se reuniram para im-